

SAÚDE MENTAL DA POPULAÇÃO TRANS BRASILEIRA: UMA REVISÃO DE LITERATURA

MENTAL HEALTH OF THE BRAZILIAN TRANS POPULATION: A LITERATURE REVIEW

Giovanna Santana Zanotim

Isabela Vitória Lima Martins

Julia Rabelo da Cunha

Orientadora: Dra. Mariana Guedes de Oliveira Franco

RESUMO

Este estudo realizou uma revisão de literatura sobre a saúde mental da população trans no Brasil, abordando categorias como impactos das vivências sociais na saúde mental, acesso à saúde, relações familiares, experiências escolares, hormonização, apoio comunitário e recomendações de intervenção. O objetivo desta pesquisa é de compreender os aspectos relacionados à saúde mental da população transgênero no Brasil. Para isso, foram analisados 19 artigos científicos que falassem sobre a saúde mental da população trans brasileira. Os resultados da pesquisa mostraram que a população trans enfrenta impactos significativos na saúde mental devido à exclusão social, ao preconceito institucionalizado nos serviços de saúde e à discriminação em ambientes educacionais. A falta de apoio familiar se destaca como um fator de risco, enquanto redes de apoio comunitário e a afirmação de gênero emergem como elementos de resiliência. Questões como o acesso limitado à hormonização segura e a automedicação também surgiram e refletem a deficiência no atendimento especializado em saúde mental e hormonal para essa população. Entre as limitações deste estudo, destaca-se a ausência de pesquisas sobre identidades não-binárias e a restrição a publicações em português. Sugere-se que futuras pesquisas explorem a caracterização de intervenções inclusivas e o impacto de políticas públicas no bem-estar psíquico da população trans brasileira.

Palavras-chave: pessoas transgênero; transgênero; saúde mental; exclusão social.

ABSTRACT

This study conducted a literature review on the mental health of the Brazilian trans population, addressing categories such as the impact of social experiences on mental health, healthcare access, family relationships, school experiences, hormone therapy, community support, and intervention recommendations. The aim of this research is to understand the aspects related to the mental health of the transgender population in Brazil. To this end, 19 scientific articles that spoke about the mental health of the Brazilian trans population were analyzed. The results of this research identified that the trans population faces significant mental health impacts due to social exclusion, institutionalized prejudice in healthcare services, and discrimination in educational environments. Lack of family support stands out as a risk factor, while community support networks and gender affirmation emerge as resilience elements. Issues such as limited access to safe hormone therapy and self-medication also emerged and reflect deficiencies in specialized mental health and hormonal care for this population. Study limitations include the lack of research on non-binary identities and the restriction to Portuguese-language publications. Future research should explore the characterization of inclusive interventions and the impact of public policies on the psychological well-being of the Brazilian trans population.

Keywords: transgender person; transgender; mental health; social exclusion.

INTRODUÇÃO

A Organização Mundial de Saúde (OMS), define o termo saúde mental como um estado psicoemocional de bem-estar vivenciado pela pessoa que lhe forneça estratégias adequadas de enfrentamento às situações estressantes, de comunicação e de contribuição social. Desse modo, a saúde mental de um indivíduo não se restringe apenas a fatores psicológicos ou emocionais, engloba também condições básicas e fundamentais para o desenvolvimento saudável, determinadas por aspectos sociais, ambientais e econômicos, como a oferta de serviços de saúde especializados, acesso à educação, habitação e saneamento básico (Brasil).

Ao focalizar aspectos socioculturais que podem proteger ou comprometer a saúde mental, entende-se que indivíduos em situação de vulnerabilidade social, conforme caracterizado pelas ciências humanas, estão mais expostos a fatores que impactam negativamente seu desenvolvimento biopsicossocial. Esses fatores, denominados fatores de risco, referem-se a condições ou variáveis associadas a efeitos adversos ou indesejáveis (Scott

et al., 2018). Nesse contexto, são considerados socialmente vulneráveis os grupos em situação de fragilidade jurídica, política, social e/ou econômica, que necessitam de auxílios sócio governamentais para garantir a proteção de seus direitos humanos básicos. Dentre esses grupos, destaca-se a população LGBTQIA+ (Scott *et al.*, 2018). O grupo social LGBTQIA+ compreende lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, *queer*, intersexuais, assexuais e demais identidades (representadas pelo símbolo +) (Reis, 2018). Atualmente, podemos ainda encontrar o termo sinônimo *queer*, originário da língua inglesa como uma apropriação da própria comunidade do termo “diferente”, ou então, dizer apenas LGBT ou LGBT+ como formas resumidas da sigla.

Especialmente sobre a população trans, tema da presente pesquisa, sabe-se que em nossa sociedade, é comum que “sexo” e “gênero” sejam considerados sinônimos – quem nasce com uma vulva seria designado como gênero e sexo feminino, e quem nasce com um pênis, como gênero e sexo masculino. Essa compreensão reflete um viés biologizante e binarista do ser humano, restringindo-o a apenas duas categorias: mulher ou homem. Essas definições são atribuídas aos indivíduos no momento de seu nascimento por outras pessoas, e não por eles próprios (Wood, 2021). Wood (2021), no entanto, salienta que “sexo” se refere às características biológicas e genitais, enquanto “gênero” corresponde a uma interpretação sociocultural do sexo biológico. Ou seja, o gênero está relacionado aos papéis sociais atribuídos e desenvolvidos historicamente e culturalmente, não necessariamente vinculados às genitálias que o indivíduo possui. Esse conceito envolve não apenas a interpretação social atribuída a alguém, mas também a forma como a própria pessoa se identifica e exerce, socialmente, os papéis que a compõem enquanto ser.

Wood (2021) destaca que os *papéis de gênero* são concepções culturais sobre como devemos interagir socialmente e variam conforme a cultura e o período histórico; a *identidade de gênero* é a maneira como internalizamos e nos identificamos com esses papéis; e a *expressão de gênero* é como manifestamos nossa identidade por meio de comportamentos, gestos, gírias, roupas, entre outros aspectos. Todos esses pontos se interrelacionam de infinitas maneiras em cada indivíduo de maneira única, porém também sempre ligada ao seu contexto sócio-histórico-cultural.

A sociedade ocidental classifica como “padrão” e “normal” os indivíduos que se identificam com o gênero atribuído ao nascer (cisgênero) e que sentem atração por pessoas do gênero e sexo considerados “opostos” ao seu próprio (heterossexual) (Cannone, 2019). Nessa concepção social, todos aqueles que não se enquadram nessas características binaristas são vistos como “anormais”, “mal adaptados” ou até mesmo “imorais”, “desviantes” e “doentes”.

Essa visão é conhecida atualmente como *cis-heteronormatividade* – ou seja, a consideração como normativo apenas daqueles que são cisgênero e heterossexuais. Wood (2021) destaca que a cis-heteronormatividade marginaliza uma enorme quantidade de pessoas, como indivíduos intersexo – cujos cromossomos, órgãos sexuais internos e/ou externos não correspondem unicamente a XX ou XY, gerando uma grande diversidade de possíveis combinações genéticas e anatômicas – e pessoas transgêneras, ou simplesmente “trans”, isto é, aquelas que não se identificam com o gênero que lhes foi atribuído socialmente ao nascer.

Pessoas trans podem ter identidades binárias – em outras palavras, identificar-se ou como homens, ou como mulheres – ou identidades não-binárias, que incluem todas aquelas que não se encaixam exclusivamente como masculinas ou femininas. Indivíduos com identidades não-binárias podem transitar entre os gêneros, identificar-se com mais de um simultaneamente, sentir-se parcialmente alinhados com algum gênero ou até mesmo com nenhum, adotando uma identidade neutra ou desvinculada de qualquer gênero. As travestis, por sua vez, constituem uma identidade de gênero não-binária com alinhamento feminino (portanto, distinta das mulheres trans) que surgiu em um contexto específico da América Latina, sendo uma identidade de gênero profundamente ligada à cultura e ao contexto social de nosso país (Maratea, 2019).

Vale ressaltar que, nesse trabalho, usamos o termo “transgênero” e não “transexual”, pois, como afirma Wood (2021), a palavra “transexual” tem origem médica (o que também pode perpetuar conceitos patologizantes e/ou biologizantes) durante a década de 1940 e pode passar a impressão errônea de se referir a uma orientação sexual e não a identidade de gênero.

Segundo Cannone (2019), pessoas trans são frequentemente excluídas da vida em sociedade e empurradas para “guetos”, enfrentando um processo de segregação que se inicia no núcleo familiar e se estende aos ambientes escolar, laboral e afetivo. Esse grupo vive em situação de vulnerabilidade, marcada por baixa escolaridade, alta taxa de ideação suicida, trabalhos desvalorizados, dificuldades de ascensão social, desafios em encontrar parceiros(as) sexuais e relacionamentos, além de barreiras no acesso a serviços de saúde, habitação de qualidade e um alto risco de sofrer agressões. Para o autor, o exercício ético dos profissionais da saúde exige a consideração da incidência desses fatores na saúde mental dessa população.

Zucchi *et al.* (2019) corroboram essa perspectiva e salientam que os principais fatores que influenciam a saúde mental das pessoas transgênero estão relacionados ao preconceito e à discriminação enfrentados em diversas esferas da sociedade. O estigma e a marginalização resultam em sentimentos de exclusão, isolamento social e baixa autoestima, impactando diretamente a saúde mental dessa população. Além disso, pessoas transgênero

frequentemente vivenciam altos níveis de violência psicológica, física e verbal devido à sua identidade de gênero, o que contribui para problemas de saúde mental, como traumas psicológicos, transtorno de estresse pós-traumático, ansiedade e depressão. Estima-se que a prevalência de suicídio nessa população varie entre 31% e 50% (Lourenço, 2021).

Como aponta Cannone (2019), a desconstrução da ideia patologizante das identidades de gênero trans, sejam binárias ou não-binárias, tem demandado grandes esforços de diferentes esferas sociais, incluindo profissionais e movimentos populares. Com base nessa premissa, o presente trabalho foi desenvolvido com o propósito de contribuir para o avanço dos estudos e do papel da Psicologia como ciência acolhedora, que valoriza e respeita a diversidade de experiências de gênero. Dada a exclusão social, a violência e a marginalização enfrentadas pela população trans, torna-se evidente a necessidade de aprofundar a compreensão dos fatores que afetam sua saúde mental. A cis-heteronormatividade e o preconceito estrutural não apenas restringem o acesso a direitos básicos, mas também geram graves consequências psicológicas, como baixa autoestima, isolamento social, depressão e ideação suicida. Justifica-se, portanto, a realização desta pesquisa para investigar de forma detalhada como essas adversidades impactam o bem-estar psicoemocional de pessoas trans, além de contribuir para estratégias de intervenção que promovam inclusão, acolhimento e respeito nos diversos contextos sociais e de saúde.

OBJETIVOS

Objetivo geral

Compreender os aspectos relacionados à saúde mental da população transgênero no Brasil.

Objetivos específicos

- Identificar as produções científicas sobre a temática publicadas no Brasil nos últimos 10 anos;
- Analisar os resultados das pesquisas sobre a saúde mental da população transgênero;
- Desenvolver uma análise crítica da literatura científica brasileira quanto ao tema;
- Discutir possibilidades no campo da Psicologia para a garantia e/ou promoção da saúde mental na população transgênera brasileira.

METODOLOGIA

Este estudo é uma revisão integrativa da literatura, que envolve o levantamento, seleção e análise crítica de artigos científicos sobre um tema específico, visando apresentar os principais resultados encontrados (Souza, Silva e Carvalho, 2010). Para orientar a pesquisa, foi empregada a estratégia PICO – População, Intervenção, Comparação e Resultado –, que permite delimitar de forma clara a pergunta de pesquisa (Santos; Pimenta; Nobre, 2007). Com base nessa estratégia, definiu-se a seguinte pergunta norteadora: quais fatores (I) impactam a saúde mental (O) das pessoas trans brasileiras (P)?

Estratégia de busca e bases de dados

A busca foi realizada na base de dados BVS, escolhida por ser a principal fonte de acesso livre para estudos em Psicologia. Para identificar os descritores mais apropriados ao tema, utilizou-se a plataforma “DeCs – Descritores em Ciências da Saúde”. Com base nos resultados obtidos e nos artigos sobre o tema, definiram-se os seguintes descritores: ‘pessoas transgênero’ e ‘saúde mental’. A busca foi então realizada com a combinação de termos: (Pessoas Transgênero) AND (Saúde Mental). Dois pesquisadores independentes conduziram a busca, e os resultados foram armazenados em uma planilha para análise posterior.

Seleção dos artigos

Para a seleção dos artigos usados para a revisão sistemática deste trabalho, foi realizada a leitura dos títulos e resumos dos trabalhos identificadores para análise dos artigos potencialmente relevantes para resposta à pergunta norteadora. Os artigos duplicados foram excluídos. A seleção dos artigos com base na leitura dos títulos e resumo foi realizada por dois pesquisadores independentes e no caso de discordância entre os pesquisadores, um terceiro pesquisador exerceu a função de juiz.

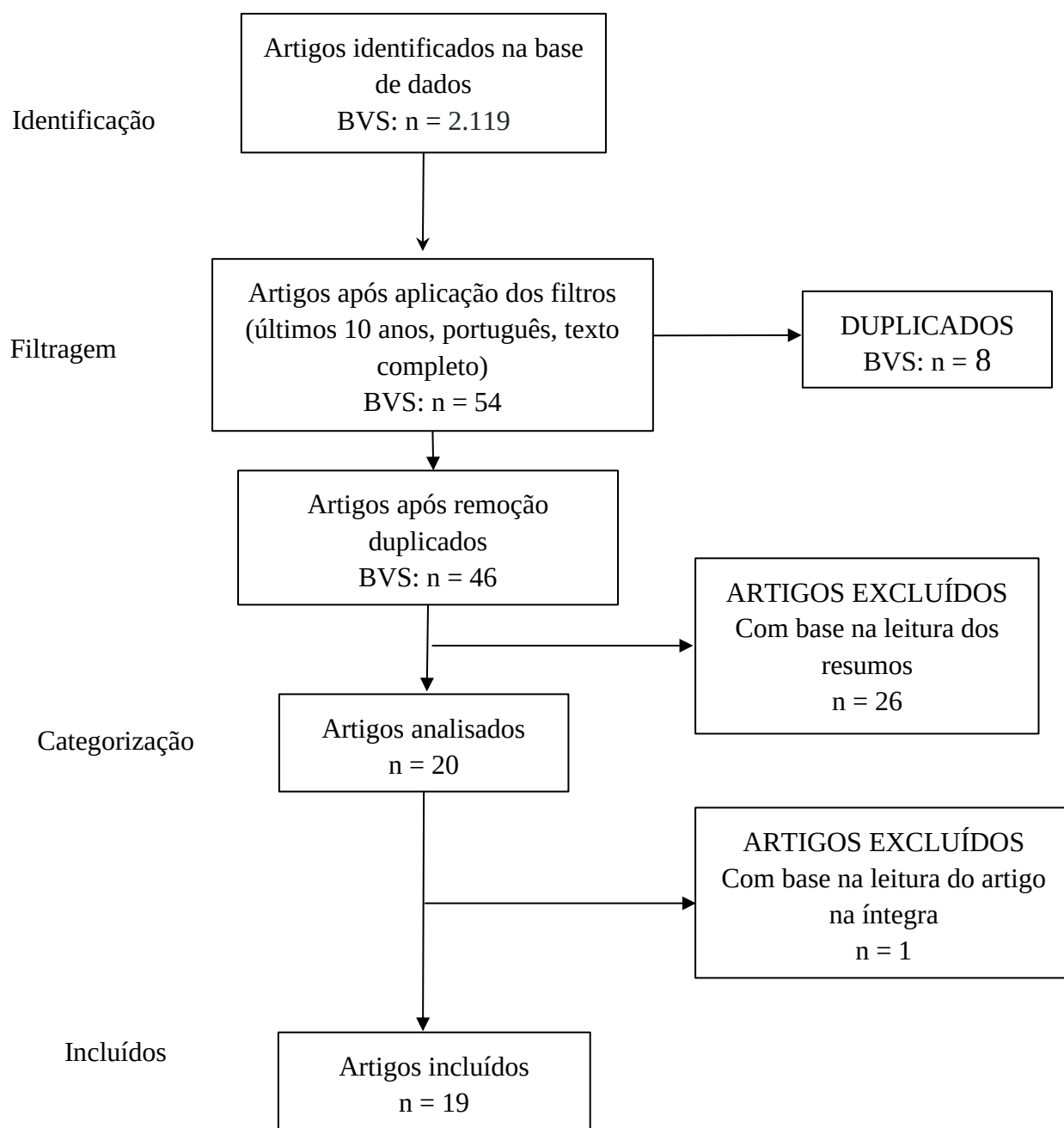
CrITÉRIOS de inclusão e exclusão

Foram selecionados artigos que atenderam aos seguintes critérios de inclusão: estudos empíricos de qualquer metodologia, exceto revisões bibliográficas; textos completos

publicados nos últimos 10 anos; escritos em português; e com foco na população transgênero brasileira, abordando a variável de interesse ‘saúde mental’.

Quanto aos critérios de exclusão, foram descartados artigos que não fossem de produção brasileira; publicados há mais de 10 anos; incompletos; redigidos em idiomas diferentes do português; ou que não tratassem da saúde mental de pessoas transgênero brasileiras.

Fluxograma



Extração e análise dos dados dos artigos

Após a busca, os artigos selecionados foram lidos na íntegra, e seu conteúdo foi sintetizado em uma planilha de extração de dados, contendo informações como nome dos autores, título do trabalho, participantes, principais resultados, limitações e desfecho dos estudos. Com base nessa planilha, realizou-se uma análise crítica dos estudos, identificando aspectos semelhantes e divergentes, bem como lacunas na literatura, para sintetizar os achados sobre o tema e produzir conhecimento inédito, respondendo à pergunta de pesquisa.

RESULTADOS

Como mostrado no fluxograma, inicialmente, foram identificados 2.119 artigos relacionados à temática. Em seguida, aplicaram-se filtros para selecionar trabalhos publicados nos últimos 10 anos, em língua portuguesa e com texto completo, resultando em 54 artigos. Destes, oito foram identificados como duplicados. Após a leitura dos títulos e resumos, 20 artigos foram considerados adequados aos critérios de inclusão. Por fim, um artigo foi excluído após a leitura integral do texto, totalizando 19 artigos selecionados para análise neste estudo. O título, autores e ano de publicação dos artigos incluídos encontram-se descritos no **Quadro 1**, que pode ser conferido logo abaixo.

Quadro 1 - Descrição dos artigos incluídos

(continua)

Nº	Título	Autores	Ano
1	Fatores de estresse e resiliência no acesso e utilização de serviços de saúde por travestis e mulheres transexuais no nordeste brasileiro	Medeiros, M. A.; Gomes, S. M.; Spinelli Junior, V. F.	2024
2	A sexualidade de indivíduos transgêneros: recomendações para profissionais de saúde	Fleury, H. J.; Bines, B. F. V.; Abdo, C. H. N.	2023
3	Atenção à saúde mental de mulheres transgêneros: aspectos positivos e negativos	Pereira, S. B. <i>et al.</i>	2023
4	A transfobia como doença social: discursos de vulnerabilidades em homens trans e pessoas transmasculinas	Lobo, B. H. de S. do C. <i>et al.</i>	2023

Trabalho de conclusão de curso de Psicologia do Centro Universitário Barão de Mauá para obtenção do título de bacharel

Quadro 1 – Descrição dos artigos incluídos

(continuação)

5	“A gente só quer ser atendida com profissionalismo”: experiências de pessoas trans sobre atendimentos de saúde em Curitiba-PR, Brasil	Borgert, V. <i>et al.</i>	2023
6	Mulheres transgênero: suas narrativas sobre saúde, voz e disforia	Sebastião, T. F.; Constantini, A. C.; Françoze, M. de F. de.	2022
7	“Clara, esta sou eu!” Nome, acesso à saúde e sofrimento social entre pessoas transgênero	Mota, M. <i>et al.</i>	2022
8	Ambulatório de Gênero e Sexualidades (AmbGen/ HC/ UNICAMP): relato da experiência do serviço	Gobbo, R. <i>et al.</i>	2022
9	Processo transexualizador no SUS: questões para a psicologia a partir de itinerários terapêuticos e despatologização	Cazeiro, F. <i>et al.</i>	2022
10	Saúde de travestis e pessoas trans no Rio de Janeiro e Região Metropolitana: estratégias e condições de acesso	Hernández, J. de G. <i>et al.</i>	2022
11	Fatores associados à ideação suicida entre travestis e transexuais assistidas por organizações não governamentais	Silva, G. W. dos S. <i>et al.</i>	2021
12	Indicadores de distress entre jovens LGBTQ+ durante o isolamento social pela COVID-19 no Brasil	Cerqueira-Santos, E.; Ramos, M. de M.; Gato, J.	2021
13	Crianças e adolescentes transgêneros brasileiros: atributos associados à qualidade de vida	Nascimento, F. K. <i>et al.</i>	2020
14	Análise de contingências a partir dos relatos de pessoas transgênero em um livro autobiográfico	Mussi, S. V.; Malerbi, F. E. K.	2020
15	Historicizando a transexualidade em direção a uma psicologia comprometida	Cannone, L. A. R.	2019
16	Bem-estar psicológico entre travestis e mulheres transexuais no Estado de São Paulo, Brasil	Zucchi, E. M. <i>et al.</i>	2019
17	“Viver dignamente”: necessidades e demandas de saúde de homens trans em Salvador, Bahia, Brasil	Sousa, D.; Iriart, J.	2018

Quadro 1 - Descrição dos artigos incluídos

(conclusão)			
Nº	Título	Autores	Ano
18	O processo transexualizador no SUS e a saúde mental de travestis e transexuais	Ferreira, S. C. C.	2018
19	Sobre os obstáculos discursivos para a atenção integral e humanizada à saúde de pessoas transexuais	Borba, R.	2014

Fonte: elaborado pelas autoras.

A partir do Quadro 1, observa-se que, dos 19 artigos selecionados, 11 discutem preconceitos e ineficiências no sistema de saúde; 9 abordam impactos sociais, como moradia, emprego e relações interpessoais; 8 tratam de hormonização, cirurgias e outras adequações corporais no processo de transição; 6 discutem o impacto das vivências escolares; e 4 examinam o impacto das vivências familiares na saúde mental da população trans. Além disso, 12 artigos exploram impactos e tendências diretamente relacionados à saúde mental dessa população, 3 destacam a importância do apoio comunitário, e 12 oferecem recomendações de intervenções voltadas para órgãos públicos e profissionais da saúde, incluindo psicólogos, com o objetivo de melhorar a saúde e o bem-estar dessa população.

Desse modo, durante a pesquisa sobre saúde mental da população trans, foram identificados os seguintes fatores que serão discutidos a seguir:

- Impactos das vivências sociais na saúde mental;
- Hormonização, cirurgias e demais adequações corporais no processo de transição;
- Preconceito no sistema de saúde;
- Vivências escolares;
- Vivências familiares;
- Desafios e intervenções em saúde mental da população transgênero;
- Apoio entre pares na comunidade;
- Recomendações de intervenções.

Vale ressaltar que as recomendações apresentadas nessa pesquisa não foram identificadas especificamente em um ou outro artigo de forma elaborada e organizada, mas sim um resultado de uma análise das autoras desta pesquisa de todo o material que foi estudado, de

modo a proporcionar uma orientação mais direta aos profissionais de psicologia sobre como acolher as pessoas trans brasileiras.

Impactos das vivências sociais na saúde mental

Os resultados da revisão de literatura realizada neste estudo indicaram que as vivências sociais da população trans têm impactos na saúde mental. Desse modo, a síntese dos artigos analisados indica que a população LGBT+ tem, historicamente, enfrentado exclusão, vulnerabilidade, discriminação e violações de direitos. O medo parece ser uma constante em seu cotidiano, manifestando-se em diversos contextos, como o receio de sofrer agressões físicas, *bullying* escolar, preconceito no trabalho, demissão, afastamento da família, expulsão de casa ou opressão (Ferreira, 2018). Identificou-se também que o preconceito, muitas vezes, se expressa através da fala, por meio de piadas depreciativas mascaradas como “brincadeiras”, que nem sempre são percebidas como ofensivas. Esse tipo de agressão, quando direcionada a pessoas trans, agrava a disforia de gênero, intensificando o desconforto que já sentem em relação ao corpo e à identidade de gênero (Ferreira, 2018; Feitosa; Morato, 2020). Ao serem continuamente expostas a esse tipo de violência e exclusão, essas pessoas podem se sentir cada vez mais desajustadas em espaços sociais, percebendo uma crescente distância entre sua identidade interna e a maneira como são vistas e tratadas pela sociedade.

Fleury, Bines e Abdo (2023) indicam que indivíduos transgêneros enfrentam invisibilidade e preconceito devido à falta de conhecimento e compreensão sobre suas experiências, principalmente no que se refere as disfunções sexuais e ao desconforto com a autoimagem corporal. Estes autores consideram que pelo menos uma disfunção sexual atinge 69% das mulheres trans. As disfunções sexuais mais comuns em mulheres trans são dificuldade para iniciar e buscar contato sexual (26%) e para atingir o orgasmo (29%). Em homens trans, essa dificuldade é de 32% para iniciar o contato sexual e 15% para atingir o orgasmo.

Segundo Lobo *et al.* (2023), devido ao medo da violência e discriminação, essa população adota estratégias de proteção voltadas ao isolamento social e ao ocultamento de características corporais que não correspondiam à sua identidade de gênero, colaborando ainda mais para o afastamento dessa população da sociedade. A taxa de isolamento social relatada no artigo de Cerqueira-Santos, Ramos e Gato (2021), com base nas respostas de 816 jovens LGBT+ brasileiros com idade entre 18 e 32 anos indicou que 79,5% dos participantes afirmou estar em isolamento social durante o período de coleta de dados. Esse número foi maior do que a taxa geral de isolamento no Brasil durante a pandemia de COVID-19 (40%).

Trabalho de conclusão de curso de Psicologia do Centro Universitário Barão de Mauá para obtenção do título de bacharel

Ferreira (2018) e Nascimento *et al.* (2020) apontam que as experiências de discriminação e preconceito estão presentes, tanto no ambiente familiar quanto nas demais relações sociais e que esse sofrimento pode se expressar em transtornos mentais, tentativa de suicídio e transtornos alimentares. Para Sebastião, Constantini e França (2022) a disforia de gênero (transtorno relacionado ao desconforto/sofrimento que uma pessoa pode sentir quando seu gênero atribuído ao nascimento não corresponde ao gênero com o qual se identifica) frequentemente, é ativada em eventos sociais e pela percepção da sociedade.

O estudo revela que a voz é um fator crítico na identidade de mulheres trans e, consequentemente, se torna motivo de questionamento de seu gênero por outras pessoas. A sociedade, por vezes, associa certos tons ou características vocais a gêneros específicos, e uma voz que foge dessas expectativas pode levar ao questionamento do gênero de uma mulher trans, resultando em situações desconfortáveis e discriminatórias, como a utilização de pronomes incorretos ou até o isolamento voluntário, com a limitação da comunicação para esconder a própria voz. No contexto social, essa questão evidencia como as expectativas sobre o que significa “ser mulher” ou “ser homem” impactam a vida dessa população, reforçando a invisibilização e limitando a aceitação de corpos e identidades que não se encaixam nas normas de gênero.

A afirmação de gênero, conforme discutido por Hernández *et al.* (2022), é um processo complexo, uma vez que o próprio termo “afirmação de gênero” é rejeitado por parte da população trans, especialmente homens trans, que não se sentem adequadamente representados. Esse conceito reflete a íntima conexão entre a busca pela identidade e a busca por saúde e bem-estar, mas a linguagem utilizada pode alienar aqueles que lutam constantemente por reconhecimento.

Além disso, Cannone (2020) e Zucchi *et al.* (2019) referem que a população trans tem dificuldade em encontrar trabalho valorizado, ascensão social, parceiros(as) sexuais e relacionamentos, habitação de qualidade e possuem alto risco de sofrer agressões. Entre mulheres transexuais e travestis, o encarceramento, por exemplo, resulta em graves violações de direitos e na negação da identidade de gênero. Elas são frequentemente colocadas em celas ou alas masculinas, com base no sexo biológico, o que as expõe a uma série de violências, como agressões verbais, estupros e espancamentos. Além disso, o encarceramento interrompe abruptamente o processo transexualizador, como terapias hormonais e tratamentos médicos. Esses fatores tornam a experiência carcerária para mulheres trans e travestis traumática e arbitrária, representando uma forma adicional de punição e marginalização, que vai além da

privação de liberdade e reflete a transfobia estrutural da sociedade, inclusive em instituições que deveriam garantir sua segurança e dignidade.

Complementarmente a esses dados, Zucchi *et al.* (2019) ressaltaram que melhores condições de moradia, emprego e escolaridade estão associadas a um maior bem-estar psicológico entre mulheres trans, destacando a relevância dos determinantes sociais para a saúde mental desse grupo.

Hormonização, cirurgias e demais adequações corporais no processo de transição

O estudo de Sebastião, Constantini e Françoze (2022) indica que, para mulheres trans, o reconhecimento social como mulher cisgênero é visto como uma forma de evitar assédio e discriminação. Muitas mulheres trans começam a usar hormônios sem acompanhamento médico, impulsionadas pela urgência de alinhar seu corpo à identidade de gênero. Nessa linha, Medeiros, Gomes e Spinelli (2024) destacam que mulheres trans utilizam redes sociais e recursos online para obter informações sobre cuidados de saúde, especialmente sobre terapia hormonal, demonstrando uma prática de autoeducação em saúde na ausência de suporte adequado dos serviços tradicionais. Quanto aos homens trans, o estudo de Sousa e Iriart (2018) sugere que as modificações corporais garantem não apenas reconhecimento, mas também aceitação e proteção, evitando diversas formas de violência em diferentes contextos. Hernández *et al.* (2022) revelam uma alta demanda por métodos de afirmação de gênero, como cirurgias de mama e o uso de hormônios sem prescrição médica.

Pereira *et al.* (2023) ressaltam que o apoio e encaminhamento para o processo de transexualização são considerados pontos positivos nos serviços de saúde, indicando que o compromisso dos profissionais em atender às necessidades específicas das mulheres transgênero é essencial. Segundo Zucchi *et al.* (2019), é fundamental que as transformações corporais desejadas sejam realizadas, ainda que de forma parcial. Fleury, Bines e Abdo (2023), por exemplo, afirmam que mulheres trans que passaram pela cirurgia de redesignação sexual relatam maior satisfação com a vida sexual em comparação àquelas que passaram apenas pela hormonização. Assim, para esse grupo, a busca pela cirurgia de redesignação emerge como um fator crucial para a autoafirmação (Ferreira, 2018)

Preconceito no sistema de saúde

Segundo Medeiros, Gomes e Spinelli Júnior (2024) todas as entrevistadas do estudo relataram episódios de estresse e preconceito ao utilizarem serviços de saúde, resultando em dificuldades de acolhimento e atendimento, reforçando a insegurança e afastamento desses serviços. Cannone (2020), Hernández *et al.* (2022) Mota *et al.* (2022), Borgert *et al.* (2023) e Pereira *et al.* (2023) evidenciam que a transfobia está enraizada nos serviços de saúde, desde a recepção até o atendimento médico, o que impede o acesso integral e adequado aos serviços de saúde e perpetua as dificuldades de acesso ao cuidado. Lobo *et al.* (2023) complementam ainda que a transfobia institucionalizada nos serviços de saúde leva a diminuição da motivação para o autocuidado e ao uso de práticas arriscadas, como a automedicação com hormônios, resultando em complicações de saúde. Para Sousa e Iriart (2018), Sebastião, Constantini e França (2022), Cazeiro *et al.* (2022), Fleury, Bines e Abdo (2023) e Pereira *et al.* (2023), os profissionais de saúde carecem de treinamento qualificado e experiência para atender a população transgênera e suas especificidades, o que pode resultar em discriminação e cuidados inadequados. É ressaltada a necessidade da despatologização das vivências trans nos espaços de saúde, para terem suas identidades reconhecidas.

Vivências escolares

Os resultados indicam um panorama preocupante sobre as vivências escolares da população trans no Brasil, evidenciando que a exclusão e discriminação no ambiente escolar têm consequências duradouras. Essas experiências não afetam apenas o percurso educacional, mas comprometem também outras esferas da vida, impactando diretamente a saúde mental e as perspectivas de inserção social. A escola, que deveria ser um espaço de socialização e desenvolvimento humano, muitas vezes se torna um ambiente hostil para pessoas trans, perpetuando um ciclo de exclusão que se estende para além da fase escolar.

Estudos indicam que a discriminação enfrentada por pessoas trans nas escolas contribui significativamente para as altas taxas de evasão escolar (Lobo *et al.*, 2023). Esse cenário reflete um contexto de violências institucionalizadas, onde a escola, ao invés de oferecer suporte e pertencimento, atua como um fator de exclusão. A evasão escolar, por sua vez, alimenta um ciclo de marginalização que persiste na vida adulta, dificultando o acesso a empregos formais e limitando essas pessoas a setores precarizados.

De acordo com Nascimento *et al.* (2020), as vivências escolares aumentam a vulnerabilidade da população trans ao reforçar associações estigmatizantes, como o vínculo entre pessoas trans e ISTs, a negação do nome social e o uso inadequado de banheiros. Esses

obstáculos não são apenas barreiras simbólicas, mas ações concretas que elevam o risco de abandono escolar. Além disso, Mussi *et al.* (2020) apontam que, diante do abandono escolar, muitas mulheres trans encontram na prostituição a única alternativa de estabilidade.

A escolarização é um fator crucial na vida da população trans, representando tanto um fator de risco quanto de proteção. A ausência de políticas educacionais que respeitem as identidades de gênero reflete um sistema que falha em garantir a dignidade e o respeito a essa população. Para que o ambiente escolar seja verdadeiramente inclusivo e equitativo, é necessário que as políticas públicas assegurem o uso do nome social, promovam a sensibilização de professores e alunos e fomentem um ambiente seguro e acolhedor. A falta de escolarização adequada gera um ciclo de exclusão social, econômica e emocional, agravando desigualdades e marginalizando ainda mais essas pessoas. Transformar as escolas é, portanto, urgente e essencial para garantir não apenas a permanência escolar, mas também a dignidade e o bem-estar da população trans ao longo da vida.

Silva *et al.* (2021) ressaltam que a superação da violência escolar e o acesso ao ensino superior são fatores de proteção contra tentativas de suicídio ao longo da vida na população trans. Em síntese, a população trans representa um grupo vulnerável, não apenas pela baixa escolaridade, mas também pelas consequências dessa condição, como o envolvimento em trabalhos desvalorizados (Cannone, 2020).

Vivências familiares

As vivências familiares são fundamentais para a saúde mental da população trans, pois o núcleo familiar idealmente deveria ser o principal ambiente de referência e apoio, especialmente durante a infância e adolescência (Nascimento *et al.*, 2020). No entanto, os resultados indicam que, para muitas pessoas trans, o ambiente familiar é marcado por rejeição, violência e exclusão, comprometendo tanto a saúde mental quanto o processo de autoaceitação. Esse cenário destaca a necessidade urgente de ações educativas e de apoio psicossocial para as famílias, a fim de mitigar os impactos negativos dessa dinâmica ao longo da vida.

Lobo *et al.* (2023) apontam que desentendimentos no ambiente doméstico, frequentemente associados à não aceitação, são comuns, e a violência física e psicológica, acompanhada pela expulsão de casa, fragiliza os vínculos familiares e expõe as pessoas trans a situações de vulnerabilidade extrema, como falta de abrigo e recursos. A ruptura familiar agrava a exclusão social, o sofrimento psíquico e reduz as oportunidades de desenvolvimento pessoal, dificultando também o acesso à educação e a serviços de saúde.

Por outro lado, quando a família oferece acolhimento e apoio, ela pode se tornar um fator de proteção essencial, promovendo estabilidade emocional e melhor qualidade de vida para essa população. Investir em programas de educação familiar que incentivem a compreensão e aceitação das identidades trans e fortalecer políticas públicas de suporte psicossocial são medidas fundamentais para reduzir a discriminação e promover uma saúde mental mais equilibrada e oportunidades de vida dignas.

Além disso, Ferreira (2018) ressalta que pessoas trans frequentemente enfrentam discriminação tanto no ambiente familiar quanto social. O estudo de Cerqueira-Santos *et al.* (2021) observa que, em casos de afastamento familiar, os indivíduos relatam maior sofrimento (distress) e menor auto aceitação, assim como uma percepção reduzida de suporte social. Durante a infância, o núcleo familiar é especialmente importante para a qualidade de vida de pessoas transgêneras (Nascimento *et al.*, 2020).

Desafios e intervenções em saúde mental da população transgênero

Fleury, Bines e Abdo (2023) investigaram a saúde mental da população LGBTQIA+, com ênfase nos marcadores específicos para pessoas transgênero. Os resultados mostram que as pessoas trans apresentam os piores indicadores de saúde mental neste grupo. Gobbo *et al.* (2022) enfatizam que a prevalência de transtornos mentais entre pessoas transgênero é significativamente maior em comparação à população cisgênera. Os dados evidenciam uma maior incidência de depressão, ansiedade, uso de substâncias, suicídio, vivência de eventos traumáticos, transtornos do espectro autista (TEA) e transtornos alimentares. Isso sugere que fatores sociais, como discriminação e exclusão, desempenham um papel crucial na vulnerabilidade psíquica dessa população, aumentando o risco de adoecimento mental. A pesquisa destaca, ainda, a importância de políticas públicas inclusivas e serviços de saúde mental especializados para atender de forma eficaz às demandas da população trans, visando reduzir essa disparidade.

Pereira, Stephannia Borges *et al.* (2023) estudaram a atenção à saúde mental de mulheres transgênero. As participantes relataram que a aceitação por parte da equipe e dos usuários do Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPSad) foi um fator positivo significativo para o cuidado, promovendo um ambiente acolhedor e respeitoso. Além disso, a construção de relacionamentos interpessoais saudáveis foi vista como essencial para a reabilitação psicossocial, destacando a importância de um vínculo forte entre paciente e equipe de saúde. A diversidade de atividades terapêuticas oferecidas no CAPSad também foi

mencionada como um diferencial, ampliando as possibilidades de tratamento e proporcionando um ambiente mais envolvente. Outro aspecto positivo citado foi a possibilidade de continuidade do cuidado sem prazos rígidos, permitindo um acompanhamento mais ajustado às necessidades individuais. Por outro lado, as participantes criticaram o tempo limitado de acolhimento noturno, além da ausência de atividades manuais e artísticas, que reforçam a necessidade de diversificação das atividades terapêuticas para atender melhor às demandas psicossociais do grupo.

Lobo *et al.* (2023) apontaram que a transfobia tem consequências severas para a saúde psicoemocional da população trans, segundo eles, os problemas são agravados pela falta de acolhimento adequado nos serviços de saúde, evidenciando a lacuna entre as necessidades dessa população e a oferta de cuidados e suporte nos sistemas públicos de saúde. A ausência de um atendimento inclusivo e sensível às especificidades de pessoas trans perpetua o sofrimento psíquico e reduz as chances de intervenção precoce e eficaz, aumentando o risco de desfechos negativos na saúde mental.

Sebastião, Constantino e Françoze (2022) destacaram a importância da terapia psicológica no processo de compreensão da identidade de gênero. A terapia foi considerada essencial para auxiliar na superação de desafios relacionados à autoaceitação, proporcionando um espaço seguro para reflexão e desenvolvimento de estratégias de enfrentamento. Além disso, o estudo mostrou que o apoio de pares e outras referências trans exerce um papel fundamental na construção da autoconfiança, oferecendo exemplos de resiliência e pertencimento. Assim, a combinação de suporte psicológico e redes de apoio contribui significativamente para o bem-estar e fortalecimento da saúde mental dessa população.

Silva *et al.* (2021) identificaram altos índices de depressão entre travestis e transexuais, com ideação suicida associada a fatores como níveis elevados de depressão, violência no ambiente escolar, expulsão familiar, tentativas anteriores de suicídio e intensidade do desejo de morrer na última tentativa. No entanto, esses autores evidenciaram uma lacuna crítica na literatura brasileira sobre essa temática. Em relação a isso, Hernández *et al.* (2022) apontaram que 65,7% da população trans teve ideação ou tentativa de suicídio, e 85% das pessoas trans relataram não ter buscado acompanhamento psicológico durante o processo de afirmação de gênero.

Nascimento *et al.* (2020) destacaram que, entre adolescentes trans, as mudanças corporais são um fator crucial que contribui para a alta prevalência de transtornos alimentares nessa população. Pressões sociais, somadas à disforia de gênero, intensificam a insatisfação com o corpo, levando ao desenvolvimento de comportamentos alimentares prejudiciais à saúde.

O estudo aponta a necessidade de acompanhamento especializado, pois os transtornos alimentares podem agravar o sofrimento psíquico dos adolescentes trans, exigindo intervenções que considerem as especificidades relacionadas à identidade de gênero e à autoimagem.

Cannone (2019) destaca a fragilidade do antigo diagnóstico de Transtorno de Identidade de Gênero (TIG), que se baseava exclusivamente em convenções binárias de papéis masculinos e femininos. O estudo discute como a 'anormalidade' era definida antes mesmo do contato com a pessoa transgênero, que precisava provar sua sanidade para ter acesso ao serviço transexualizador, sendo o laudo médico com CID indispensável para esse acesso. Além disso, o sofrimento psíquico, frequentemente negligenciado, era erroneamente atribuído à transgeneridade e às modificações corporais, desconsiderando outros fatores que contribuem para esse sofrimento. Dessa forma, a questão era frequentemente reduzida à imagem corporal, ignorando a complexidade das experiências emocionais e subjetivas vividas por essa população.

Zucchi *et al.* (2019) identificaram que mulheres transgênero apresentam piores indicadores de bem-estar psicológico em comparação a outros grupos, como homens trans e indivíduos cisgêneros homossexuais e bissexuais. O estudo destaca a importância dos determinantes sociais, como moradia, emprego e escolaridade, para sua saúde mental, enquanto desigualdades e violência simbólica e sexual impactam negativamente o bem-estar. A ausência de efeito significativo da violência física sugere uma resiliência desenvolvida através de processos psicossociais de enfrentamento.

No estudo de Sousa e Iriart (2018), todos os homens trans entrevistados consideraram fundamental o acesso à psicoterapia em atendimentos ambulatoriais. A terapia foi vista como essencial para a compreensão das vivências e dos significados das transmasculinidades, além de auxiliar no enfrentamento da violência enfrentada em diversos contextos, incluindo família, ambiente escolar, serviços de saúde e outros espaços públicos e privados. Além da afirmação de gênero, os homens trans enfrentam desafios relacionados ao preconceito e à discriminação, tornando o suporte psicológico uma peça-chave para o cuidado em saúde mental e para a construção de resiliência frente às adversidades em suas trajetórias de vida.

Apoio entre pares na comunidade

Sobre a forma que as pessoas transgênero se apoiam, Medeiros, Gomes e Spinelli (2024) apontam que, diante dos preconceitos sofridos dentro do sistema de saúde e na ausência de suporte, é muito comum que essa população crie redes de apoio dentro da comunidade para

troca de informações sobre saúde. Cazeiro *et al.* (2022) identificaram que até mesmo o fornecimento informal de hormônios e medicamentos acontece entre pessoas trans, já que o sistema formal de saúde se mostra ainda tão precário para atendê-las, o que as desestimula a buscar pela terapia hormonal nesses meios, mesmo que estejam se expondo ao risco de obter substâncias de má qualidade, adulteradas, ou que causem sintomas adversos não previamente identificados por um médico endocrinologista, por exemplo. Sobre isso, Zucchi *et al.* (2019) apontam que, ao serem expulsas do convívio familiar, pessoas transgênero buscam por acolhimento com amigos, organizações comunitárias e ONGs, sendo nesses ambientes em que podem estabelecer relacionamentos confiáveis de suporte.

Recomendações de intervenções

Medeiros, Gomes e Spinelli (2024) destacam falhas na aplicação da Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros (PNSILGBT) e as limitações do processo transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS). Diversos autores, como Fleury, Bines e Abdo (2023), Gobbo *et al.* (2022), Cazeiro *et al.* (2022), Hernández *et al.* (2022), Nascimento *et al.* (2020), Sousa e Iriart (2018), Ferreira (2018) e Borba (2014), enfatizam que o atendimento a pessoas transgênero deve ser despatologizante, acolhedor e livre de preconceitos, respeitando a individualidade, reconhecendo seu sofrimento e afirmando suas identidades, de modo a fortalecer os fatores protetivos de saúde mental.

Gobbo *et al.* (2022) e Ferreira (2018) salientam ainda a importância de um atendimento multiprofissional, envolvendo psicólogos, psiquiatras, endocrinologistas, fonoaudiólogos, ginecologistas/urologistas e outros especialistas. Cazeiro *et al.* (2022) acrescentam que o psicólogo que atende pacientes transgênero deve adotar uma postura reflexiva sobre seu papel no sistema de saúde, questionando como ele é visto e posicionado e se as exigências para esse papel estão alinhadas com a ética profissional.

Hernández *et al.* (2022) apontam para a necessidade de incluir disciplinas específicas sobre a população transgênero brasileira nos cursos de graduação em saúde e ciências sociais, a fim de preparar melhor os profissionais. No âmbito educacional, Silva *et al.* (2021) e Nascimento *et al.* (2020) sugerem a criação de políticas públicas escolares que favoreçam a inclusão de pessoas trans.

Cannone (2019) propõe intervenções focadas no ambiente social da pessoa trans, destacando que, se essa população é privada de moradia digna, saúde, segurança, trabalho, afeto e educação, não se pode ignorar o impacto disso na sua saúde mental. Complementando, Mussi

e Malerbi (2020) concluem que é fundamental reconhecer como o ambiente social coercitivo influencia comportamentos de fuga e esquiva entre pessoas trans.

DISCUSSÃO

Os resultados desta revisão indicam que as vivências sociais da população trans têm um impacto profundo na saúde mental, devido à exclusão, discriminação e violações de direitos. O conceito de saúde mental, conforme definido pela OMS (Brasil) vai além de aspectos psicológicos individuais e envolve condições sociais, econômicas e ambientais que possibilitam um desenvolvimento saudável. Desse modo, o contexto adverso e a exclusão vividos pela população trans comprometem diretamente esse bem-estar psíquico, resultando em ansiedade, depressão e ideação suicida. O medo constante de agressões físicas, *bullying* escolar, preconceito no trabalho e rejeição familiar afetam negativamente a saúde mental, intensificando o sentimento de insegurança e isolamento (Ferreira, 2018; Brasil, 2015).

A cis-heteronormatividade (Wood, 2021) reforça a exclusão dessa população ao normatizar apenas identidades cisgênero e heterossexuais, gerando um ambiente que marginaliza identidades de gênero divergentes. No atendimento à saúde, por exemplo, essa normatividade impõe barreiras que levam muitas pessoas trans a buscar informações sobre saúde, especialmente sobre hormonização, por conta própria, devido à falta de acolhimento e à discriminação nos serviços formais. Embora o Protocolo de Saúde de Transexuais e Travestis do SUS (2020) garanta o direito à hormonização supervisionada, a prática da automedicação reflete essa desassistência nos serviços, colocando a saúde da população trans em risco. A distinção entre “sexo” e “gênero”, salientada por Wood (2021), é fundamental para entender as demandas de atendimento específicas, que incluem o reconhecimento das identidades além do binarismo. A capacitação dos profissionais de saúde e a despatologização das identidades trans são, portanto, essenciais para assegurar um atendimento humanizado e inclusivo, conforme os princípios do SUS (Sousa; Iriart, 2018; Sebastião, Constantini; França, 2022).

As vivências escolares representam outro fator crítico, com impactos negativos duradouros. Conforme destacado na introdução, a vulnerabilidade social da população trans é agravada pela discriminação no ambiente escolar, o que prejudica a trajetória educacional e limita as oportunidades de inserção social e econômica, gerando um ciclo de marginalização. O uso do nome social e o acesso a banheiros de acordo com a identidade de gênero são direitos fundamentais que, quando negados, intensificam o isolamento social e aumentam a evasão escolar, fazendo com que muitas pessoas trans, especialmente mulheres trans, recorram a

alternativas precárias de subsistência, como a prostituição (Nascimento *et al.*, 2020; Mussi *et al.*, 2020). A criação de políticas educacionais inclusivas é crucial para romper esse ciclo de exclusão e proporcionar um ambiente acolhedor e respeitoso.

A família, enquanto primeira rede social de referência, também tem um papel central na saúde mental, especialmente durante a infância e adolescência, mas, para muitas pessoas trans, é uma fonte de rejeição e violência. Como apontado na introdução, os fatores de risco associados à vulnerabilidade social expõem essa população a situações de extrema exclusão quando são afastados do núcleo familiar. Entretanto, quando a família oferece apoio, ela atua como um fator de proteção essencial, melhorando a estabilidade emocional e a qualidade de vida (Nascimento *et al.*, 2020). A proteção dos direitos fundamentais dessa população e a conscientização sobre a diversidade de gênero nas famílias são passos cruciais para reduzir o sofrimento psíquico de pessoas trans.

O apoio entre pares e as redes de apoio comunitário emergem como fatores de resiliência importantes, permitindo que pessoas trans compartilhem informações sobre saúde e hormonização em ONGs e grupos de apoio diante do preconceito enfrentado nos serviços formais. No entanto, a administração de medicamentos sem supervisão médica representa riscos à saúde e evidencia a falta de assistência adequada nos serviços públicos, reforçando a necessidade de um atendimento em saúde inclusivo e integral (Medeiros; Gomes; Spinelli, 2024; Cazeiro *et al.*, 2022).

Ainda que a implementação de políticas como a Portaria nº 2.803 e a Lei João Nery representem marcos importantes para a população trans, os entraves à sua efetivação perpetuam a exclusão e o sofrimento psíquico dessa população. Conforme apresentado na introdução, a cis-heteronormatividade estrutural e o preconceito exigem uma transformação cultural que promova a diversidade de gênero e reduza as desigualdades sociais que agravam o sofrimento mental. Para que a inclusão da população trans seja efetiva, é fundamental que o Estado assuma a responsabilidade de assegurar o respeito aos direitos humanos, fornecendo condições dignas de vida, acesso à saúde, moradia e segurança, que são determinantes de saúde mental apontados por Zucchi *et al.* (2019).

Recomendações para intervenções em saúde mental da população trans

Os resultados da revisão empreendida permitem entrever algumas recomendações para o planejamento de intervenções em saúde mental da população trans.

a) Alinhamento das políticas públicas de saúde: As intervenções para a manutenção, promoção e prevenção em saúde mental para a população trans são necessárias em múltiplas frentes, uma vez que os fatores sociais e médicos se interconectam. Em primeiro lugar, destaca-se a urgência de alinhar as políticas públicas de saúde e os princípios do SUS e da PNSILGBT com a prática. Diversos relatos de pessoas trans indicam preconceito e falta de preparo por parte dos profissionais de saúde para lidar com suas necessidades específicas. Hernández *et al.* (2022) sugerem a inclusão de cursos e disciplinas em graduações de saúde e ciências sociais que abordem as especificidades da população trans, preparando os profissionais desde sua formação para um atendimento respeitoso e inclusivo. Medeiros, Gomes e Spinelli Júnior (2024) reforçam a necessidade de revisar as leis e políticas públicas voltadas ao atendimento de pessoas trans, para garantir que estejam atualizadas e aplicadas de forma eficaz.

b) Atendimento multiprofissional: O atendimento de saúde para pessoas trans deve ser multiprofissional, abrangendo profissionais como psicólogos, psiquiatras, endocrinologistas, fonoaudiólogos, ginecologistas e urologistas, entre outros (Gobbo *et al.*, 2022; Ferreira, 2018). A integração desses atendimentos de forma ética e acolhedora promove uma rede de proteção que cuida não apenas da saúde física, mas também da saúde mental.

c) Inclusão no ambiente escolar: O ambiente escolar parece ter papel fundamental na saúde mental de pessoas trans. Estudos destacam que o ambiente escolar é frequentemente um espaço de discriminação, com experiências de exclusão e hostilidade, como a negação do uso do banheiro correspondente à identidade de gênero e a falta de acolhimento de professores e alunos (Silva *et al.*, 2021; Nascimento *et al.*, 2020). Para transformar o ambiente escolar em um espaço inclusivo, é necessário que as licenciaturas incluam disciplinas que abordem as identidades de gênero, capacitando educadores para acolher estudantes trans de forma respeitosa. A escola, além disso, pode atuar em comunicação com as famílias, promovendo uma rede comunitária de apoio que envolva psicólogos educacionais para ajudar a atender as demandas específicas dos jovens trans.

d) Responsabilidade do Estado e da sociedade: Além disso, o Estado e a sociedade têm a responsabilidade de garantir, por meio de leis, políticas públicas e fiscalização, o respeito aos direitos humanos das pessoas trans. Como ressalta Cannone (2019), a falta de acesso à moradia, saúde, educação e trabalho impacta diretamente a saúde mental dessa população. É essencial que o Estado e a sociedade assumam a responsabilidade de propor e promover uma inclusão

integral da população transgênero, garantindo-lhes uma vida digna. Considerando que melhores condições de moradia, emprego e escolaridade estão associadas a um maior bem-estar psicológico, destacando a relevância dos determinantes sociais para a saúde mental desse grupo (Zucchi *et al.*, 2019).

e) Comprometimento e ética dos profissionais de psicologia: No que se refere à atuação dos profissionais de psicologia, Fleury, Bines e Abdo (2023), Gobbo *et al.* (2022) e outros pesquisadores defendem uma prática despatologizante e acolhedora, que respeite a individualidade e fortaleça a saúde mental de pessoas trans diante do preconceito social. Entretanto, para uma atuação verdadeiramente despatologizante, é crucial que os psicólogos reflitam criticamente sobre sua formação e prática. Um ponto questionado por Cazeiro *et al.* (2022) é a obrigatoriedade de diagnósticos como o transtorno de disforia de gênero no processo transexualizador do SUS, o que levanta o questionamento: estamos tratando a transgeneridade como uma expressão da diversidade humana ou como um transtorno? Essa atuação levanta também a problemática de o profissional aceitar o papel de ditar quem é “trans de verdade” e quem não o é – e, mais grave ainda, utilizando-se, para isso, de descrições médicas desatualizadas e manuais diagnósticos –, violando o respeito ao direito de autoafirmação e subjetividade das pessoas transgêneras. Além disso, obrigar o atendimento psicoterapêutico no processo transexualizador desrespeita a subjetividade e o direito de escolha dos indivíduos.

f) Realização contínua de pesquisas: Há necessidade de mais pesquisas sobre a saúde mental da população transgênero na psicologia, uma vez que os filtros aplicados nesta revisão resultaram em um número limitado de estudos. É notável que poucas pesquisas abordam as demandas de pessoas com identidades não-binárias; por exemplo, no estudo de Hernández *et al.* (2022), as identidades não-binárias foram mencionadas na introdução, mas excluídas dos resultados e discussões. A inclusão de pessoas não-binárias em futuras pesquisas é fundamental para o reconhecimento de suas identidades e subjetividades, garantindo um acolhimento psicológico adequado às suas demandas específicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo destacou aspectos críticos sobre a saúde mental da população trans brasileira, evidenciando como fatores estruturais, sociais e culturais impactam negativamente seu bem-estar psíquico. Fatores como a transfobia estrutural, a falta de acolhimento nos serviços

de saúde e a discriminação no ambiente escolar e familiar emergiram como questões centrais que comprometem a saúde mental dessa população. Em contrapartida, redes de apoio comunitário e ambientes acolhedores demonstraram ter um papel importante na redução do sofrimento psicológico e na promoção da resiliência.

Entre as limitações deste estudo, destaca-se a dependência de artigos disponíveis apenas em língua portuguesa e publicados nos últimos 10 anos, o que pode restringir a amplitude dos achados. Além disso, o enfoque principal foi na população trans binária, com menos atenção a identidades não-binárias, o que reflete uma lacuna na literatura e limita as conclusões generalizáveis para essa população.

Sugere-se que estudos futuros aprofundem a investigação sobre as especificidades da população trans e explorem o impacto de intervenções inclusivas em saúde e educação voltadas para essa população. Em síntese, promover um cuidado em saúde mental inclusivo e despatologizante, aliado a políticas públicas de acolhimento e proteção social, é fundamental para melhorar a qualidade de vida da população trans brasileira e contribuir para um ambiente social mais igualitário e justo.

REFERÊNCIAS

BORBA, R. Sobre os obstáculos discursivos para a atenção integral e humanizada à saúde de pessoas transexuais. **Sexualidad, Salud y Sociedad**, Rio de Janeiro, n.17, p.66-97, ago. 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/1984-6487.sess.2014.17.06.a>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sex/a/7gWcLdkfL8hs3vJDyhp7mLb/?lang=pt>. Acesso em: 9 ago. 2024.

BORGERT, V. *et al.* “A gente só quer ser atendida com profissionalismo”: experiências de pessoas trans sobre atendimentos de saúde em Curitiba-PR, Brasil. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.33, e33036, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-7331202333036>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/physis/a/WyvptyNW84HWTYkFy8vPPpt/?lang=pt>. Acesso em: 21 ago. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Saúde Mental**. Brasília: Ministério da Saúde. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/s/saude-mental>. Acesso em: 27 mar. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Sistema Único de Saúde (SUS)**. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/sus>. Acesso em: 17 out. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Transexualidade e travestilidade na saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2015. Disponível em: https://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/transexualidade_travestilidade_saude.pdf. Acesso em: 11 out. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 2.803, de 19 de novembro de 2013**. Redefine e amplia o Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS). Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt2803_19_11_2013.html. Acesso em: 11 out. 2024.

CANNONE, L. A. R. Historicizando a transexualidade em direção a uma psicologia comprometida. **Psicologia: Ciência e Profissão**, [s.l.] v.39, n. spe. 3, p.21-34, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003228487>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/MgsxScRgNWtdkrmkptwDwBC/?lang=pt>. Acesso em: 13 mar. 2024.

CAZEIRO, F. *et al.* Processo transexualizador no SUS: questões para a psicologia a partir de itinerários terapêuticos e despatologização. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v.27, p.1-18, 2022. DOI: <https://doi.org/10.4025/psicolestud.v27i0.48503>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pe/a/d7GVRkqtBxmDd7PvywDBhpc/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 3 ago. 2024.

CERQUEIRA-SANTOS, E.; RAMOS, M. de M.; GATO, J. Indicadores de distress entre jovens LGBT+ durante o isolamento social pela COVID-19 no Brasil. **Rev. Bras. Psicoter.**, Porto Alegre, v.23, n.2, p.35-46, 2021. DOI: 10.5935/2318-0404.20210024. Disponível em: <https://cdn.publisher.gn1.link/rbp.celg.org.br/pdf/v23n2a06.pdf>. Acesso em: 3 ago. 2024.

FEITOSA, I. de S.; MORATO, H. C. Preconceito contra pessoas transgêneras: do reconhecimento da alteridade à prática da violência. **Revista Psicologia**, Salvador, v.12, n.2, p.1-19, 2022. DOI: <https://doi.org/10.17267/2317-3394rpsds.2023.e5109>. Disponível em: <https://www5.bahiana.edu.br/index.php/psicologia/article/view/5109>. Acesso em: 9 out. 2024.

FERREIRA, S. C. C. **O Processo transexualizador no SUS e a saúde mental de travestis e transexuais**. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Enfermagem) – Centro de Ciências Biológicas e da Saúde (CCBS) da Escola de Enfermagem Magalhães Barata, Universidade do Estado do Pará. Belém, 2018. 72f. Disponível em: <https://docs.bvsalud.org/biblioref/coleciona-sus/2018/36704/36704-1689.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2024.

FLEURY, H. J.; BINES, B. F. V.; ABDO, C. H. N. A sexualidade de indivíduos transgêneros: recomendações para profissionais de saúde. **Diagnóstico & Tratamento**, [s.l.], v.28, n.3, p.117-120, 2023. Disponível em: https://docs.bvsalud.org/biblioref/2023/11/1517919/rdt_v28n3_117-120.pdf. Acesso em: 20 ago. 2024.

GOBBO, R. *et al.* Ambulatório de Gênero e Sexualidades (AmbGen/HC/UNICAMP): relato da experiência do serviço. **BIS, Bol. Inst. Saúde (Impr.)**, São Paulo, v.23, n.1, p.113-123, jul. 2022. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1510505>. Acesso em: 3 ago. 2024.

HERNÁNDEZ, J. de G. *et al.* Saúde de travestis e pessoas trans no Rio de Janeiro e Região Metropolitana: estratégias e condições de acesso. **Sexualidad, Salud y Sociedad - Revista Latinoamericana**, Rio de Janeiro, v.38, p.3-23, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/1984-6487.sess.2022.38.e22301.a>. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/sess/a/JYPZ67FjdPvLyCVYXCCcjfg/?lang=pt>. Acesso em: 28 ago. 2024.

LOBO, B. H. de S. do C. *et al.* A transfobia como doença social: discursos de vulnerabilidades em homens trans e pessoas transmasculinas. **Revista Brasileira de Enfermagem**, [s.l.], v.76, n.supl.2, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2022-0183pt>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reben/a/NyQPfr9mrTdQj6Dtb7Sr65g/?lang=pt>. Acesso em: 21 ago. 2024.

LOURENÇO, T. Além da discriminação e violência, população trans sobrevive aos transtornos psicológicos. **Jornal da USP**, Atualidades, Ribeirão Preto, 2 mar. 2021. Disponível em: <https://jornal.usp.br/atualidades/alem-da-discriminacao-e-violencia-populacao-trans-sobrevive-aos-transtornos-psicologicos/>. Acesso em: 5 abr. 2024.

MARATEA, N. **Você sabe qual é a diferença entre Travesti e Transexual?** 24 jan. 2019. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/voce-sabe-qual-e-a-diferenca-entre-travesti-e-transexual/666593513>. Acesso em: 6 abr. 2024.

MEDEIROS, M. A.; GOMES, S. M.; SPINELLI JUNIOR, V. F. Fatores de estresse e resiliência no acesso e utilização de serviços de saúde por travestis e mulheres transexuais no nordeste brasileiro. **Saúde Soc.**, São Paulo, v.33, n.1, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902024220904pt>. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/sausoc/2024.v33n1/e220904pt/>. Acesso em: 20 ago. 2024.

MOTTA, M. *et al.* “Clara, esta sou eu!” Nome, acesso à saúde e sofrimento social entre pessoas transgênero. **Interface**, Botucatu, v.26, n.e210017, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/interface.210017>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/LBHRSsphPKRNvQp9xdwZ9vQ/?lang=pt>. Acesso em: 23 ago. 2024.

MUSSI, S. V.; MALERBI, F. E. K. Análise de contingências a partir dos relatos de pessoas transgênero em um livro autobiográfico. **Psicologia Revista**, [s.l.], v.29, n.1, p.134-156, 2020. DOI: 10.23925/2594-3871.2020v29i1p134-156. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/psicorevista/article/view/44613>. Acesso em: 10 ago. 2024.

NASCIMENTO, F. K. *et al.* Crianças e adolescentes transgêneros brasileiros: atributos associados à qualidade de vida. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, Ribeirão Preto, v.28, n.e3351, p.1-13, 2020. DOI: 10.1590/1518-8345.3504.3351. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rlae/a/pvdkvBMdT3yYGrmcMZ3VGfS/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 3 ago. 2024.

ONU Brasil. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 1948. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/91601-declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 10 out. 2024.

PEREIRA, S. B. *et al.* Atenção à saúde mental de mulheres transgêneros: aspectos positivos e negativos. **Arquivos da Ciência da Saúde da UNIPAR**, [s.l.], v.27, n.10, p.5790-5803, 2023. DOI: <https://doi.org/10.25110/arqsaude.v27i10.2023-021>. Disponível em: <https://unipar.openjournalsolutions.com.br/index.php/saude/article/view/10662>. Acesso em: 21 ago. 2024.

REIS, Toni (org.). **Manual de Comunicação LGBTI+**. 2.ed. Curitiba: Aliança Nacional LGBTI/GayLatino, 2018. Disponível em: <https://www.grupodignidade.org.br/wp-content/uploads/2018/05/manual-comunicacao-LGBTI.pdf>. Acesso em: 21 out. 2024.

SANTOS, C. M. da C.; PIMENTA, C. A. de M.; NOBRE, M. R. C. A estratégia PICO para a construção da pergunta de pesquisa e busca de evidências. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, Ribeirão Preto, v.15, n.3, p.1-4, maio/jun. 2007. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-11692007000300023>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rlae/a/CfKNnz8mvSqVjZ37Z77pFsy/?lang=pt>. Acesso em: 26 abr. 2024.

SÃO PAULO. Secretaria Municipal da Saúde. **Protocolo de saúde de transexuais e travestis**. São Paulo: Secretaria Municipal da Saúde, 2020 [versão pdf]. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/saude/Protocolo_Saude_de_Transexuais_e_Travestis_SMS_Sao_Paulo_3_de_Julho_2020.pdf. Acesso em: 11 out. 2024.

SEBASTIÃO, T. F.; CONSTANTINI, A. C.; FRANÇOZO, M. de F. de. Mulheres transgênero: suas narrativas sobre saúde, voz e disforia. **Distúrbios da Comunicação**, [s.l.], v.34, n.3, 2022. DOI: 10.23925/2176-2724.2022v34i3e54938. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/dic/article/view/54938>. Acesso em: 22 ago. 2024.

SILVA, G. W. dos S. *et al.* Fatores associados à ideação suicida entre travestis e transexuais assistidas por organizações não governamentais. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.26, n. supl. 3, p.4955-4966, 2021. DOI: 10.1590/1413-812320212611.3.32342019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/8xXfNtVtVRbWfhcdH996qLr/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 3 ago. 2024.

SCOTT, J. B. *et al.* O conceito de vulnerabilidade social no âmbito da psicologia no Brasil: uma revisão sistemática da literatura. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v.24, n.2, p.600-615, maio/ago. 2018. DOI: 10.5752/P.1678-9563.2018v24n2p600-615. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-11682018000200013&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 6 abr. 2024.

SOUSA, D.; IRIART, J. “Viver dignamente”: necessidades e demandas de saúde de homens trans em Salvador, Bahia, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, [s.l.], v.34, n.10, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00036318>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/Lp4wHx4dhrMnZdqw76mn7MM/?lang=pt>. Acesso em: 8 ago. 2024.

SOUZA, M. T. de; SILVA, M. D. da; CARVALHO, R. de. Revisão integrativa: o que é e como fazer. **Einstein**, São Paulo, v.8, n.1, p.102-106, mar. 2010. DOI: 10.1590/s1679-45082010rw1134. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/eins/a/ZQTBkVJZqcWrTT34cXLjtBx/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 26 abr. 2024.

WOOD, G. W. **A psicologia do gênero**. São Paulo: Blucher, 2021.

Trabalho de conclusão de curso de Psicologia do Centro Universitário Barão de Mauá para obtenção do título de bacharel

ZUCCHI, E. M. *et al.* Bem-estar psicológico entre travestis e mulheres transexuais no Estado de São Paulo, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, [s.l.], v.35, n.3, p.1-13, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00064618>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/LqvvCfLhQNHQwb3M3zQPFFN/?lang=pt>. Acesso em: 5 abr. 2024.